

As questões relacionadas à intersexualidade (pessoas com corpos que variam do padrão dicotômico masculino/feminino, conforme estabelecido socialmente) e à transexualidade (pessoas cujos corpos são definidos como masculinos ou femininos, mas que têm a percepção de ser do sexo contrário) evidenciam o lugar do discurso e das práticas médicas como reguladoras das definições de sexo na atualidade. Esse debate é re-atualizado nas discussões de elaboração da quinta versão do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) relacionadas à (des)patologização do gênero e da sexualidade, e nos embates em bioética suscitados pelos recentes avanços biotecnológicos envolvidos nas intervenções aplicadas sobre os corpos sexuados.

A partir deste recorte contextual, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre as intervenções médicas e o discurso sobre o corpo, a expressão da sexualidade e do gênero em intersexuais e transexuais que vivem em cidades gaúchas. O trabalho está inserido em uma pesquisa mais ampla ainda em andamento, de orientação etnográfica, na qual se tem utilizado como principal técnica a entrevista semi-estruturada com intersexuais e transexuais maiores de 18 anos e que foram submetidos/as a algum tipo de intervenção médico-cirúrgica. Os dados estão sendo sistematizados a partir de categorias definidas no projeto da pesquisa e também a partir daquelas que têm surgido ao longo do trabalho de campo – as categorias êmicas. A interpretação será realizada a partir do referencial teórico da Psicologia Social e da Antropologia Social e da literatura específica relacionada ao tema.

Através da análise das entrevistas, podemos observar o quanto os diagnósticos médicos não dão conta da variedade dos discursos e experiências tanto no caso da intersexualidade quanto no caso da transexualidade, o que, entre outros aspectos, desafia a existência de uma inevitabilidade e a própria centralidade do papel das intervenções sócio-médicas nas trajetórias de vida analisadas. Os dados encontrados também colocam em questão a permanência do diagnóstico de 'Transtorno de Identidade de Gênero' em um manual diagnóstico de doenças psiquiátricas como manutenção de uma norma que visa regular as expressões de gênero e sexualidade dos indivíduos e restringir sua autonomia frente à perspectiva biomédica.